

O beco da economia só tem uma saída: exportação ^{Brasil}

A economia brasileira ainda está vivendo sob o forte impacto da maxidesvalorização do cruzeiro decretada pelo Governo em fevereiro. E vão se passar muitos meses até que os efeitos drásticos desta medida desapareçam. A economia brasileira é possivelmente uma das mais difíceis de se administrar em todo o mundo, tal o grau de complexidade e peculiaridade que ela apresenta. A mudança na taxa cambial, por exemplo, foi capaz de gerar um imenso déficit no setor público, transferir renda para o sistema financeiro (no lugar do setor exportador, como seria de se esperar), acelerar a inflação e agravar a recessão.

Não há dúvida de que a maxidesvalorização do cruzeiro provocou — e vai continuar provocando muitos meses pela frente — uma enorme transferência de renda para as empresas que têm grandes carteiras de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com correção cambial, especialmente bancos e corretoras.

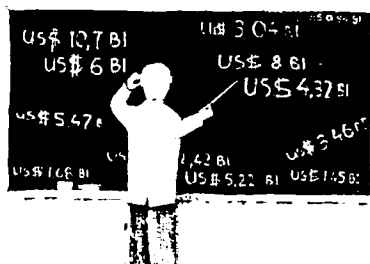
A transferência de renda de um setor para o outro faz parte do jogo econômico, das regras do capitalismo. Mas, quando esta transferência se dá em um momento de recessão, em que o Produto Interno Bruto está encolhendo, o resultado é dramático. Ainda mais considerando-se que a transferência de renda foi a maior de que se tem conhecimento na história do País.

Para suportar o efeito da maxidesvalorização sobre a dívida pública em títulos, o Governo federal teria que promover um corte de 15 a 20 por cento no Orçamento da União deste ano. Um corte impossível de ser concretizado, pois não se pode de uma hora para a outra deixar de pagar os funcionários, paralisar todas as obras e os investimentos previstos em contrato. Como o Governo também não pode promover um calote generalizado, pois isto levaria a economia ao caos, as autoridades não têm outra saída senão a de fazer o que vêm fazendo: permitir uma emissão monetária que só encontra parâmetros no período juscelinista.

EXPANSÃO RECORDE

Desde que o Banco Central passou a fazer estatísticas regulares sobre o comportamento dos meios de pagamento, nunca antes havia se registrado nos meses de janeiro e fevereiro um crescimento de base monetária como o ocorrido este ano.

Os três primeiros meses do ano são tradicionalmente uma época de destruição de moeda. Isto é, uma boa parte da moeda nova que entra na economia nos meses de novembro e dezem-



bro, período em que a atividade econômica é mais ativa, sa de circulação no começo do ano seguinte.

O ritmo dos empréstimos bancários diminui e com isso também se reduz a velocidade de crescimento dos depósitos. Os bancos, por sua vez, têm de recolher ao Banco Central um determinado percentual sobre os depósitos à vista captados no mês anterior. Em janeiro, recolhe-se sobre a média de dezembro. Só que em dezembro os depósitos estiveram em alta, enquanto em janeiro passam a estar em queda. E neste processo complicado destrói-se uma parcela expressiva dos meios de pagamento.

Em 1983 isto não aconteceu, tal a quantidade de dinheiro que o Governo vem precisando colocar na economia para cobrir o déficit do setor público, hoje não só pressionado pelos subsídios para a agricultura e a exportação, mas também inflado pelo serviço de dívida pública em títulos.

De uma hora para outra, Cr\$ 5 trilhões de ORTNs cambiais passaram a valer 30 por cento mais. Esses títulos estão permanentemente em circulação no mercado, pulando de instituição financeira para instituição financeira. Se a autoridade não coloca na economia moeda suficiente para dar suporte a esses negócios, a taxa de juros no mercado aberto alcança a estratosfera.

Em fevereiro, a especulação no mercado aberto forçou o Banco Central a injetar na economia, em termos líquidos, nada menos que Cr\$ 658 bilhões, ou seja, quase seis por cento de todo a despesa prevista no Orçamento da União. Em março, o Banco Central tentou segurar a emissão de moeda, o que levou as taxas de curtíssimo prazo no open market a oscilar nas últimas semanas entre 12 e 16 por cento ao mês.

O comportamento das taxas no mercado aberto jogou por terra toda a tentativa feita para se baixar os juros nos demais segmentos do sistema financeiro. Além disso, as outras áreas de captação continuaram sem condições de competir no mercado. Não é por acaso que as empresas de caderneta de poupança passaram a oferecer a seus melhores clientes a opção de aplicar recur-

sos no open enquanto aguardam a virada do trimestre.

Como já foi dito aqui, são as peculiaridades da economia brasileira. A máxi gerou o déficit. Para cobrir o déficit, tem-se de emitir moeda, mas emissão de moeda provoca inflação, e inflação agrava o déficit. Então emite-se menos moeda, mas então as taxas de curtíssimo prazo disparam no open, e com elas as demais taxas de juros. Juros altos também alimentam a inflação e aprofundam a recessão econômica. Como sair deste labirinto?

NÃO PARA AI

A situação de desconforto das autoridades monetárias não pára aí. Além desses desequilíbrios todos há uma bomba de retardo que pode ser detonada a qualquer momento. Trata-se da imensa quantidade de cruzeiros que está depositada no Banco Central equivalente a empréstimos em moeda estrangeira.

Para reduzir o risco cambial, o Governo permitiu que os bancos e as empresas deixassem depositados no Banco Central os cruzeiros que deveriam receber em contrapartida a empréstimos contraídos em dólares. O BC, com isso, se dispõe a assumir todos os ônus dos financiamentos.

Com receio da maxidesvalorização — receio que, afinal, mostrou ser fundamentado — bancos e devedores em moeda estrangeira transferiram para o Banco Central cruzeiros equivalentes a bilhões de dólares. Essa massa de recursos aumentou agora em 30 por cento. As empresas têm o direito de retirar os cruzeiros assim que desejarem, já que o perigo da máxi passou (outra desta o País não agüenta, a curto prazo, é claro). A retirada desses cruzeiros do Banco Central representará também emissão de moeda.

Não há hoje no País quem seja capaz de apresentar uma fórmula mágica para solucionar tal emaranhado de problemas. Resta apenas lamentar a decisão da máxi e torcer para que as exportações do País cresçam no ritmo esperado. As perspectivas alvissareiras mencionadas pelo Ministro Ernane Galvêas em seu pronunciamento no Senado, semana passada, não estão apenas na imaginação do Ministro. Elas são reais. A economia americana está reagindo bem e, o mais importante, é que os americanos decidiram diminuir sua produção agrícola. Pode ser então que os preços dos produtos primários melhorem no mercado internacional, beneficiando o Brasil.